

A Encíclica *Fides et Ratio*:
uma razão aberta ao
transcendente para chegar
à verdade a partir da
filosofia do ser

The Encyclical *Fides et Ratio*: an
open reason to transcendent to
achieve the truth from the
philosophy of being

*Lino Rampazzo**
*Marcus Tadeu Maciel Nahur***

Resumo: Este estudo procura analisar o conteúdo da Encíclica *Fides et Ratio*, no vigésimo ano da sua publicação, ressaltando que, na discussão sobre o ser, está contida a própria questão da verdade, diferente da visão fragmentada de saber, típica da sociedade contemporânea, que leva ao ceticismo, ao relativismo e ao niilismo. Apresenta-se particularmente a

* Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Lateranense (Itália). Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra/Ius Gentium Conimbrigae. Professor e pesquisador do Centro Universitário Salesiano de São Paulo e Coordenador e Professor do Curso de Teologia da Faculdade Canção Nova. E-mail: lino.rampazzo@uol.com.br.

** Mestre em Direito e professor titular do Centro Universitário Salesiano de São Paulo. E-mail: macielnahur@gmail.com.

figura de São Tomás de Aquino, que teve o mérito de colocar, em primeiro lugar, a harmonia que existe entre a razão e a fé, na valorização de ambas que, dialogando, podem se enriquecer reciprocamente. Ele reconheceu a importância de falar de uma verdade universal, objetiva e transcendente ao intelecto humano. Por isso, a filosofia tomasiana é chamada de filosofia do ser, e não do mero aparecer; e evita tanto o tradicionalismo, como o racionalismo.

Palavras-chave: Fides et Ratio; Filosofia; Teologia; S. Tomás de Aquino

Abstract: This study searches to analyze the content of the Fides et Ratio Encyclical, in the twentieth year of its publication, emphasizing that, in the discussion about the being, is contained the own question of the truth, different from the fragmented vision of wisdom, typical of the contemporary society, which takes to skepticism, relativism and nihilism. It presents particularly the figure of Saint Thomas Aquinas, who has got the merit to put, in first place, the harmony that exists between the reason and the faith, in the appreciation of both which, dialoguing, can enrich themselves reciprocally. He recognized the importance to tell about an universal truth, objective and transcendent to the human intellect. Therefore, the thomsonian philosophy is called of philosophy of being, and not of the mere appearing; and it avoids as much as the traditionalism and the rationalism.

Keywords: Fides et Ratio; Philosophy; Theology; S. Thomas Aquinas

1. Introdução

No dia 14 de setembro do ano de 1998 o Papa João Paulo II publicou a encíclica *Fides et Ratio* que, como indica o mesmo título, aponta para dois níveis de conhecimento: o da fé e o da razão. As primeiras palavras da encíclica já

mostram a tese que ele quer sustentar: a da possibilidade de um diálogo entre ambas, pois “a fé e a razão (*fides et ratio*) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade”.

Desde o começo do cristianismo sempre apareceu esse problema, com soluções que apontavam seja para o conflito, como para o diálogo entre estas duas áreas do saber humano. Os dias atuais também são caracterizados pela diversidade destas “soluções”. Justifica-se, pois, que seja retomada essa questão, ainda mais na circunstância do vigésimo aniversário da publicação deste documento. A sociedade em que vivemos é caracterizada pelo domínio da tecnologia e por um tipo de globalização que se manifesta também com encontros e desencontros entre a pluralidade de culturas, inclusive no campo religioso. Daí pergunta-se: uma razão tão caracterizada pelo progresso técnico-científico pode bastar-se a si mesma? A fé torna-se dispensável neste novo clima e vai ser considerada válida só para as épocas do passado? E como se apresenta o cristianismo, na sua história, nesta tentativa de diálogo com culturas diferentes daquela judaica, onde nasceu? E por que continua se insistindo sobre o exemplo de S. Tomás de Aquino para quem o conhecimento racional pode completar-se no conhecimento teológico sem, com isso, precisar renunciar ao seu específico campo; e, da mesma forma, sustentando que a teologia pode servir-se da razão sem desvirtuar-se?

Com o objetivo de responder a tais questões, o presente estudo vai considerar o “ser e a verdade”, como centralidades temáticas; a sistematização da relação entre razão e fé, desde a época da criação das Universidades; as características específicas do conhecimento racional, e mais especificamente do filosófico, e do conhecimento teológico, considerando sucessivamente a devida distinção e a possibilidade de cooperação entre ambas; a atualidade e perenidade da filosofia do ser e, por fim, a superação seja do tradicionalismo, como do racionalismo.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa documental, particularmente sobre o texto da encíclica e sobre obras de S. Tomás, como também de uma pesquisa bibliográfica sobre autores contemporâneos que estudaram tal problemática.

2. A Encíclica *Fides et Ratio*: ser e verdade como centralidades temáticas

O espírito humano tem a necessidade de buscar a verdade. Não lhe pode faltar a sua contemplação, pois a ausência dela traz um esvaziamento de sua própria vida. Nesse sentido, a fé e a razão são tidas como fundamentais para essa busca. Não é por outro motivo que a Encíclica de João Paulo II, nas suas primeiras palavras, faz questão de lembrar que a fé e a razão são como “as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação a verdade.” (JOÃO PAULO II, 1998).

Nos dois hemisférios, Ocidente e Oriente, ao longo dos tempos, houve tanto um encontro quanto um confronto progressivo com a verdade. Um singelo olhar pela história antiga já é suficiente para rememorar questões cruciais, há séculos, para a existência humana; entre elas, quem é homem, de onde ele vai, para onde vai e por que o mal existe. A Encíclica Papal faz questão de assinalar que “da resposta a tais perguntas depende efetivamente a orientação que se imprime à existência.” (JOÃO PAULO II, 1998, n. 1).

Não são poucos os recursos à disposição do ser humano para avançar no conhecimento da verdade. Entre eles, pode-se destacar a própria filosofia, enquanto uma das “tarefas mais nobres da humanidade.” (JOÃO PAULO II, 1998, n. 3). Entendida como busca amorosa da verdade, a filosofia pretende demonstrar, de diversos modos, que o anseio pela verdade é inerente à própria natureza humana, independente dos diferentes ambientes culturais. Há um encanto para o ser humano na procura de conhecimentos universais que lhe assegurem uma compreensão mais aprimorada de si mesmo e um progresso na sua autorrealização. Para tanto, o filosofar é algo de importância irrenunciável. A aptidão reflexiva do intelecto humano possibilita elaborar, por meio da atividade filosófica, uma forma rigorosa de pensamento, construindo um conhecimento mais sistematizado quando é construído com coerência lógica e coesão dos conteúdos. É o pensar filosófico que deve servir de base para um sistema filosófico. Trata-se da busca de formulação de princípios primeiros e universais do ser. Lembra a Encíclica do Pontífice que, se a razão consegue intuir esses princípios e extrair deles corretas

conclusões, então, pode-se considerar uma “reta razão, ou, como era chamada pelos antigos, *orthos logos, recta ratio*.” (JOÃO PAULO II, 1998, n. 4). A própria Igreja considera a filosofia indispensável tanto para conhecer verdades fundamentais relativas à existência humana, quanto para aprofundar a compreensão da fé, mas assinala que a razão não pode ficar fechada para o transcendente. Assim, a razão não pode ficar confinada no universo dos critérios pragmáticos, baseando-se apenas nos dados do experimental, de modo que tudo seja explicado pela técnica e pela ciência. A advertência da Encíclica Papal é para que essa mesma razão não se contente com verdades parciais e até provisórias, deixando de voltar a questões radicais a respeito do sentido e fundamento último da vida humana, pessoal e social. Para tanto, lembra que a própria filosofia moderna tem seu mérito de concentrar a sua atenção sobre o homem, mas, por vezes, deixa de orientar sua pesquisa para o ser, dedicando-se apenas ao conhecimento humano. Nesse sentido, tem-se a seguinte observação atenta do Papa João Paulo II:

Todavia, os resultados positivos alcançados não devem levar a transcurar o fato de que essa mesma razão, porque ocupar de investigar de maneira unilateral o homem como objeto, parece ter esquecido de que este é sempre chamado a voltar-se também para uma realidade que o transcende. [...]. Foi assim que a razão, sob o peso de tanto saber, em vez de exprimir melhor a tensão para a verdade, curvou-se sobre si mesma, tornando-se incapaz, com o passar do tempo, de levantar o olhar para o alto e de ousar atingir a verdade do ser. (JOÃO PAULO II, 1998, n. 5).

Na discussão sobre o ser está contida a própria questão da verdade e a Encíclica demonstra sua preocupação com a fragmentação do saber, na sociedade contemporânea, levando-a ao ceticismo, relativismo e nihilismo. Não é por outro motivo que a sua hermenêutica prioritária de leitura é a pressuposição de que a razão não se fecha, mas está aberta a todas as suas ramificações (senso comum, ciência, filosofia e acolhimento da fé), haja vista que se encontra, no centro do discurso da Encíclica, a própria categoria da verdade, tal como se vê: “Com efeito, é essa noção que preside e dá unidade a toda a complexa sucessão de temas

percorridos pelo texto pontifício e é ela que constitui o foco de convergência de todo conteúdo doutrinário nele desenvolvido.” (LIMA VAZ, 1998, p. 9).

Não é demasiado esclarecer, desde logo, que a expressão “*Fides et Ratio*” não quer dizer uma relação de oposição, de um lado, colocando a Razão como razão pura reivindicando a sua independência; e, de outro, a Fé como atividade espiritual independente da Razão (LIMA VAZ, 1999, p. 295-296). Quando se fala em ser e verdade, no diálogo razão e fé, a figura de São Tomás de Aquino não deixa de ser sempre lembrada. Suas elaborações teóricas sobre esses temas não foram esquecidas e nem mesmo desgastadas. E, para melhor compreendê-las, é preciso um retorno ao universo escolástico do século XIII.

3. De volta ao século XIII: sistematização da relação entre razão e fé

O século XIII representa o período áureo da filosofia e da teologia em função de muitos fatores. Entre eles, merecem destaque a formação de universidades, a instituição das ordens mendicantes e o contato do mundo ocidental com obras filosóficas até então desconhecidas.

No âmbito político-social, esse período é marcado pelo amadurecimento das chamadas comunas e pelo desenvolvimento de camadas burguesas, ainda que haja uma pretensão de plenitude papal do poder.

Na ótica religiosa, o Ocidente professa a fé católica, que penetra em todas as classes sociais. O primado do catolicismo explica o lugar de proeminência ocupado pelo papado, havendo o reconhecimento da função de mediadora e de guia da Igreja.

Do ponto de vista das instituições eclesásticas, é o período das duas ordens religiosas mais conhecidas, a dos dominicanos e a dos franciscanos. Empenhados na pregação, essas novas ordens religiosas logo perceberam a importância da universidade para o aprofundamento doutrinário e para a obra de eficaz evangelização. De fato, o centro intelectual da cidade era constituído pela universidade. Não é por outra razão que se diz:

As cátedras, que a duas ordens religiosas logo conquistaram, tornaram-se os centros mais balizados, pela seriedade do ensino e pela profundidade doutrinária. Pode-se dizer que o século XIII é o século de Alberto Magno e Tomás de Aquino [...], de Alexandre de Hales, Boaventura de Bagnoregio e de João Duns Escoto [...]. (REALE; ANTISERI, 1990, p. 531).

Dentro da perspectiva mais cultural, o acontecimento filosófico de maior importância, no século XIII, é constituído pela lenta difusão do pensamento de Aristóteles. Além dos escritos lógicos, que já vinham sendo utilizados, os textos de física e metafísica tornaram-se, pela primeira vez, objeto de estudos e debates. A novidade das obras aristotélicas está no fato de que oferecem explicação do mundo e do homem pela razão natural, independentemente das verdades cristãs. Nesse sentido, é preciso ter bastante claro o seguinte:

Com a descoberta das obras de física e metafísica de Aristóteles, não somente passou-se a ter instrumentos formais autônomos, mas também conteúdos próprios e perspectivas novas, elementos que levam a filosofia a pretender autonomia própria e distinção clara em relação à teologia. Embora a fé tenha necessidade da razão, esta, porém, possui âmbito independente com conteúdos próprios. Pode-se dizer que o século XIII foi o século da aceitação ou rejeição de Aristóteles, do repensamento de sua doutrina no contexto das verdades cristãs ou de sua ‘cristianização’. Em suma, trata-se da questão da relação sistemática entre fé e razão, entre filosofia e teologia. (REALE; ANTISERI, 1990, p. 532).

Tomás de Aquino dispõe das mais recentes traduções de Aristóteles e de seus comentadores, mostrando-lhes a que ponto o chamado “segundo averroísmo” - o monopsiquismo, ou seja, tese de que todos os seres compartilham uma e mesma alma (mente) eterna - contrapõe-se à doutrina aristotélica e à fé cristã. Essas discussões não trazem somente um interesse intelectual. Elas são também de crucial importância para se entender Tomás de Aquino, de quem se pode dizer o seguinte:

[...] um lutador que não hesita em se bater quando necessário, e pronto a responder a qualquer desafio, leal e rigoroso, sem dúvida, mas também

impaciente na polêmica ante adversários que não compreendem o peso de uma argumentação, indignado de seus questionamentos que minam a fé. (TORREL, 1999, p. 228).

Na realidade, Tomás de Aquino guarda consigo a deliberada vontade de não comprometer a fé por uma argumentação ineficaz. Ele não segue a linha de teólogos que fazem uma convocação sub-reptícia da fé para conferir à argumentação uma força que ela, por si mesma, nem sempre possui. Como se diz, o “Doutor Angélico” pensa na imagem que “a teologia tem de si mesma aos temíveis dialéticos da faculdade de artes e, sob o risco de tornar a tarefa momentaneamente mais difícil, recusa-se a depreciar as exigências da razão.” (TORREL, 1999, p. 228). Acontece que filosofia e teologia, razão e fé, na ótica tomasiana, complementam uma a outra, e não se revestem de contradições entre si. Por isso, se afirma que ele, como escolástico, “não reconciliou Cristo com Aristóteles; reconciliou Aristóteles com Cristo.” (CHESTERTON, 2015, p. 27).

A Encíclica *Fides et Ratio*, do então Papa João Paulo II, reconhece que, no longo caminho do encontro do anúncio cristão com o pensamento filosófico grego, em uma época em que os pensadores cristãos redescobriram os tesouros da filosofia antiga, mais especificamente, a filosofia aristotélica, Tomás de Aquino teve o mérito de colocar em primeiro lugar “a harmonia que existe entre a razão e a fé. A luz da razão e a luz da fé provêm ambas de Deus: argumentava ele; por isso, não se podem contradizer entre si.” (JOÃO PAULO II, 1998, n. 43). Nesse sentido, de maneira inexorável, a filosofia se insere na seara da teologia, o que caracteriza fundamentalmente escolástica medieval, da qual Tomás de Aquino se tornou um de seus maiores expoentes.

4. Razão e fé: filosofia e teologia

Não se desconhece que Tomás de Aquino fez todo o esforço intelectual para estabelecer o diálogo entre razão e fé, tendo Deus como fonte primeira de ambas. Aliás, suas próprias palavras não deixam qualquer dúvida sobre isso: “Sei

que devo a Deus , como principal dever de minha vida, que cada palavra minha e cada sentido meu falem dele.” (AQUINO, 1934a, p.13).

O objeto primário das reflexões tomasianas é Deus, não o homem ou o mundo. Somente no contexto da revelação é que se torna possível o discurso correto sobre o homem e o mundo.

Muito se debate se existe ou não uma razão autônoma da fé no pensamento tomasiano, ou seja, uma filosofia distinta da teologia. A resposta a tal questionamento, sempre recorrente, na visão do escolástico, é que há sim uma razão que tem seu campo de atuação, mas não isolada da fé. A filosofia possui sua própria configuração, porém não esgota tudo aquilo que está contido na sã doutrina em relação a Deus, ao homem e ao mundo. Filosofia e teologia tratam sim de Deus, do homem e do mundo, embora a primeira não possa oferecer um conhecimento pleno daquelas mesmas realidades que a teologia tem condições de esclarecer. A respeito dessa linha de aproximação entre filosofia e teologia, em Tomás de Aquino, pode-se afirmar ser desconcertante que homens que sustentam que a graça pode tornar os homens moralmente melhores, recusem-se a admitir que a revelação possa tornar a filosofia melhor (GILSON, 2006, p. 43-45). Também no nível da metafísica houve entre as doutrinas de Aristóteles e Tomás a mesma continuidade que houve entre a concepção de mundo antes da encarnação de Cristo e depois dela (GILSON, 2006, p.76-77).

Desse modo, pode-se dizer que a fé melhora a razão, assim como a teologia melhora a filosofia. A graça não supera, mas aperfeiçoa a natureza. Isso traz dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à ideia de que a teologia retifica a filosofia, mas não a substitui; tal como a fé orienta a razão, mas não a elimina. Afirma-se que é necessária uma correta filosofia para ser possível uma bem elaborada teologia. O segundo é que a filosofia, como preambular da fé, tem sua esfera própria de atuação, a sua real autonomia, porquanto é formulada com instrumentos e métodos não passíveis de total assimilação pelos da teologia (REALE; ANTISERI,1990, p. 554).

Tomás de Aquino estabeleceu uma nítida distinção entre filosofia e teologia, mas sem deixar de reivindicar uma colaboração estreita entre as duas.

Não surpreende que se diga que “sua filosofia deve ser considerada como genuinamente cristã.” (BOEHNER; GILSON, 2000, p. 450).

Para o escolástico, a revelação não anula e nem torna inútil a razão. A razão natural harmoniza-se com a fé, colocando-se a serviço desta. A razão não pode demonstrar o que pertence ao núcleo da fé, porque esta perderia todo o seu mérito. No entanto, a razão pode servir à fé de três modos. Primeiro demonstrando os preâmbulos da fé, vale dizer, aquelas verdades cuja percepção tem necessidade da própria fé: não é possível crer na revelação de Deus, se não se sabe que Deus existe. Essa razão natural é capaz de demonstrar que Deus existe, sendo uno e dotado de atributos extraídos da própria consideração das coisas por ele criadas. Segundo: tal razão pode ser utilizada para aclarar as verdades da fé mediante comparações. Terceiro: essa mesma razão pode rechaçar as objeções contra a fé, assinalando que são falsas ou, ao menos, não gozam de força demonstrativa (AQUINO, 1934a, p. 80-81).

Não obstante, Tomás de Aquino também admite que a razão natural tem suas próprias verdades. Há princípios que lhes são intrínsecos e certos, não sendo possível pensar que são falsos. Esses princípios foram infundidos no homem pelo próprio Deus, o criador da natureza humana. A fé acaba se tornando a regra do reto proceder da razão; logo, a verdade racional, que tem a sua esfera própria, nunca pode ser contrária à verdade revelada, até porque a verdade não se contrapõe à verdade (AQUINO, 1934a, p. 91-93).

Tomás de Aquino segue Aristóteles ao considerar que todo conhecimento se inicia pelos sentidos. A razão natural pode elevar-se até Deus, mas partindo das coisas sensíveis. Ela possibilita que, através das criaturas, se chegue ao Criador. As criaturas levam ao conhecimento de Deus, tal como o efeito conduz à sua causa. Com a razão natural só se pode conhecer de Deus aquilo que necessariamente lhe cabe enquanto é o princípio de todas as coisas existentes (AQUINO, 1934b, p. 167-168). Das duas demonstrações possíveis à razão, há aquela que parte da essência de uma causa para chegar aos seus efeitos, e aquela outra que parte do efeito para ir à causa, mas somente essa segunda pode ser empregada para o conhecimento de Deus (AQUINO, 1934b, p. 171-173). Porém,

se ela leva a reconhecer a necessidade da existência de Deus como causa primeira, não é capaz de dizer algo da própria essência de Deus. A força da razão não consegue demonstrar, por exemplo, a Encarnação e a Trindade, nem os mistérios relacionados a elas. Como se diz, trata-se de “verdadeiros *artigos de fé* que a razão pode dilucidar e defender, mas não demonstrar” (ABBAGNANO, 2000, p.21).

O homem tem o dever de levar o mais longe possível a interpretação racional dos dados da fé; vale dizer, “de remontar pela razão até a revelação e tornar a descer da revelação à razão.” (GILSON, 1995, p. 656). É por isso que a relação entre razão e fé, entre filosofia e teologia, no pensamento tomasiano, foi tratada de modo mais sistemático e completo. Razão e fé são modos diferentes de conhecer, mas não podem contradizer-se. A razão é suficiente para conhecer as verdades fundamentais da ordem natural, enquanto a fé penetra em verdades de ordem sobrenatural nos mistérios de Deus, que é seu bem último. A razão pode prestar um precioso serviço à fé, demonstrando as coisas que são preâmbulos da fé, ilustrando as coisas que pertencem à fé por meio de certas semelhanças e opondo-se às coisas que são ditas contra a fé (MONDIN, 1982, p. 171-173).

Não é demais, então, buscar uma síntese sobre razão e fé, filosofia e teologia, na perspectiva das reflexões tomasianas, o que se pode encontrar nos seguintes dizeres:

Em última análise, Tomás de Aquino mostrou que entre fé cristã e razão subsiste uma harmonia natural. E foi esta a grande obra de Tomás, que naquele momento de desencontro entre duas culturas – naquele momento em que parecia que a fé devia render-se perante a razão – demonstrou que elas caminham a par e passo, que quanto parecia ser razão não compatível com a fé não era razão; e aquilo que parecia ser fé não era tal, enquanto se opunha à verdadeira racionalidade; deste modo, ele criou uma nova síntese, que veio a formar a cultura dos séculos seguintes. (BENTO XVI, 2010).

Assim, o pensamento tomasiano é um esforço de projetar o mais longe possível a interpretação racional dos dados da fé, de subir da razão até a revelação e tornar a descer da revelação para a razão. E a Encíclica *Fides et Ratio* assenta que São Tomás de Aquino se empenhou, sem reservas, pela verdade, entendida em sua realidade e objetividade, designando-o como “apóstolo da verdade”

(JOÃO PAULO II, 1998, n. 44). Para o “Doutor Angélico”, é absolutamente possível e necessário o acordo da verdade da razão com a verdade da fé.

5. Filosofia e teologia: distinção e cooperação

Ainda que pensadores cristãos de períodos anteriores tenham percebido as relações da filosofia e teologia, nem sempre procederam a uma exata delimitação entre os dois campos. Tomás de Aquino alcançou bem essa demarcação, tanto para mostrar as distinções entre a filosofia e a teologia, quanto para apontar a cooperação possível de uma com a outra.

Na lição tomasiana, finalidade e método são critérios para se entender bem a distinção entre filosofia e teologia. A filosofia usa a razão natural com a finalidade de conhecer as coisas. Por sua vez, a teologia considera as coisas sob ângulo diverso. A título de ilustração, tome-se como referência o fogo. Para a filosofia, o fogo interessa como fenômeno físico, enquanto a teologia o considera uma manifestação da grandeza divina. Além disso, a filosofia e a teologia se valem de métodos distintos para o conhecimento das coisas. O filósofo persegue as causas próprias das coisas. O teólogo parte sempre da primeira causa, ou seja, de Deus, servindo-se dos seguintes argumentos: ora afirma uma verdade, baseando-se na autoridade da revelação divina; ora invoca a glória infinita de Deus, cuja perfeição é salvaguardada; e, ora se reporta ao poder infinito de Deus, que transcende os limites da ordem natural (AQUINO, 1934a, p.153-155).

Para o “Doutor Angélico”, uma coisa clara e certamente conhecida, “*ipso facto*”, deixa de pertencer ao domínio da fé. Em outros termos, todo conhecimento racional, inferido dos primeiros princípios, foge ao domínio da fé, porquanto se trata de objetos possíveis ao entendimento, à inteligibilidade humana (AQUINO, 1934c, p. 73).

A despeito dessa distinção entre filosofia e teologia, há uma estreita cooperação que se opera de uma em relação à outra. Tomás de Aquino salientou essa colaboração íntima entre elas, destacando a harmonia entre razão e fé, a

necessidade da fé para a razão e o valor da razão para a fé. No primeiro caso, razão e fé contrapõem-se aos erros.

O conhecimento natural dos princípios deriva de Deus, causa da natureza; logo, o que contraria tais princípios se opõe à própria sabedoria divina, que é mesma fonte harmônica da razão e da fé. No segundo, a fé fornece, de antemão, certo número de dados de que a razão pode se apropriar com seus próprios recursos. No terceiro, o conhecimento das coisas naturais é de grande significado para a fé, posto que elas concitam à admiração e reverência ao Criador. Em suma, aquele que possui um saber sólido acerca da natureza está mais protegido contra os muitos equívocos acerca das coisas sobrenaturais ou divinas (AQUINO, 1934a, p. 181-183). Não é por outra razão que se assenta o seguinte sobre coisas naturais e coisas divinas no texto papal:

Indo mais longe, S. Tomás reconhece que a natureza, objeto próprio da filosofia, pode contribuir para a compreensão da revelação divina. Deste modo, a fé não teme a razão, mas solicita-a e confia nela. Como a graça supõe a natureza e leva-a à perfeição, assim também a fé supõe e aperfeiçoa a razão. Esta, iluminada pela fé, fica liberta das fraquezas e limitações causadas pela desobediência do pecado, e recebe a força necessária para elevar-se até o conhecimento do mistério de Deus. (JOÃO PAULO II, 1998 , n.43)

O paradigma tomasiano é marcado pelo encontro e pela sinergia da dupla sabedoria, a filosófica e a teológica. Nesse sentido, não é por outro motivo que se afirma:

A razão é assumida para que se alcance uma inteligência da fé, buscando um tipo de conhecimento que toma seus princípios nas fontes e nos dados da revelação e se estrutura e elabora segundo o modelo do saber racional. (JOSAPHAT, 2012, p. 39).

O que Tomás de Aquino quis sempre mostrar é o valor da racionalidade, já que a razão natural (humana) não deve ficar anulada, nem tampouco diminuída, até mesmo quando presta assentimento aos conteúdos da fé, porque eles também são alcançados, como outros, por meio de decisão livre e consciente. Liberdade e

consciência continuam dois pilares de afirmação de uma antropologia personalista e das ações éticas tão necessárias à vida humana.

6. A filosofia do ser: atualidade e perenidade

São Tomás de Aquino atribuía ao Espírito Santo o papel de promover o amadurecimento da sapiência. Ela é dom do Espírito Santo que, por proceder do alto, introduz no conhecimento das realidades divinas. Mas, não ficou apenas com a sapiência. Ele também se concentrou em duas outras formas de sabedoria, a teológica e a filosófica. A sabedoria teológica se fundamenta na Revelação e examina os conteúdos da fé, alcançando o próprio mistério de Deus. A sabedoria filosófica se baseia na capacidade do intelecto de investigar a realidade dentro dos limites naturais. De qualquer modo, sua preocupação maior sempre foi com a verdade. O escolástico a amou de maneira desinteressada e buscou colocá-la em sua universalidade. Reconheceu a importância de falar de uma verdade universal, objetiva e transcendente ao intelecto humano. Por isso, a filosofia tomasiana é chamada de filosofia do ser, e não do mero aparecer (JOÃO PAULO II, 1998, n. 44).

A filosofia do ser tomasiana, sua metafísica, traz alguns pontos fundamentais para sustentação dessa verdade. O primeiro é que a perfeição máxima pertence ao ser. O segundo é que os seres se originam do ser por criação. O terceiro é que a criação é uma participação da perfeição do ser aos seres. A quarta é que a limitação da perfeição do ser nos seres é devida a potência que nestes se encontra. O quinto é que há distinção real entre os seres, e entre os seres e o ser existe analogia.

Quanto ao primeiro ponto, grande e genial proposição tomasiana, a perfeição máxima não é a ideia de ser, mas o ato de ser. O ser há a atualidade de todos os atos. Qualquer natureza ou forma adquire a perfeição pelo fato de ser em ato. A excelência de algo depende de seu ser. Ao ser não se pode acrescentar nada que lhe seja estranho, exceto lhe opor o não ser, mas este, não pode ser nem forma nem matéria. O ser é o que de mais profundo existe em todas as coisas. O ser é o fim último de toda ação.

No tocante ao segundo ponto, coloca-se a pergunta de como explicar que, além do ser, existem seres. A resposta tomasiana é a de que essa procedência se deve à ação criadora do ser. Os seres diversificados devem ser causados por um primeiro e mais perfeito ser.

Com relação ao terceiro ponto, a participação é entendida em dois sentidos, vale dizer, tanto para descrever o ato pelo qual o ser comunica a sua perfeição aos seres (participação comunicativa), quanto para indicar a operação pela qual os seres recebem a possibilidade de perfeição do ser (participação receptiva).

No que se refere ao quarto ponto, a questão chave é entender o conceito de ente. Ele indica qualquer coisa que existe. Refere-se à existência das coisas. Ele se divide em mental (ente lógico) ou extramental (ente real). O ente lógico se expressa através do verbo ser e a sua função é unir conceitos. O ente real diz respeito a toda realidade existente. O criador é ser, mas a criatura tem ser. Por isso, é chamado de ato puro ou ato subsistente. Nas criaturas, o ser se distingue da essência. O ente real tem dois pilares fundamentais, vale dizer; a essência e o ato de ser. A essência indica o que uma coisa é. No que se refere ao criador, a essência se identifica com o ser, mas para todas as demais criaturas a essência significa potência de ser, isto é, aptidão para ser. A limitação da perfeição do ser nas criaturas é devida à potência. Nesse sentido, se é importante entender a essência, mais relevante ainda é o ser (ou melhor, ato de ser). Não sem razão, a filosofia tomasiana é definida como metafísica do ser ou do ato de ser. O ser ou ato de ser é o ato que realiza a essência e esta, em si mesma, não passa de poder ser. Não se trata só de uma filosofia do ente ou da essência, mas do ser ou do ato de ser, que pretende oferecer um fundamento do saber mais profundo do que o das essências, um fundamento que sustenta a realidade e a possibilidade mesma das essências. Tal filosofia descobre um sentido profundo no fundo daquilo que existe.

Em relação ao quinto ponto, tem-se que entre os diversos seres e entre eles e o ser há analogia ou semelhança. Se os seres pertencem à mesma espécie, há entre eles semelhança específica; se pertencem ao mesmo gênero, há entre eles semelhança genérica. Mas, se não pertencem nem à mesma espécie e nem ao mesmo gênero, há entre eles analogia. Nesse caso, fala-se de semelhança de analogia.

Assim, entre a criatura homem e o criador Deus há semelhança de analogia, já que o homem, particularmente, é feito à semelhança da natureza divina.

Esses são os princípios arquetônicos da filosofia do ser tomasiana. Com ela, buscou-se sempre uma interlocução entre a racionalidade teológica, filosófica e científica. Há uma importante advertência de que a história não deve esquecer o que a filosofia cristã deve à tradição grega, como também não deve olvidar o que deve ao Pedagogo divino (GILSON, 2006, p. 113). Mas, a partir da chamada baixa medievalidade, teve início um afastamento dessa filosofia do ser, um processo de desconstrução, devido à visão racionalista excessiva de alguns pensadores. Radicalizaram-se as posições desconstrutivistas, surgindo movimentos de fideísmo e cientificismo. Obviamente, os riscos desses extremismos são visíveis até os dias atuais.

Uma fé isolada da razão filosófica, mais especificamente, da filosofia do ser, pode descambar para um fundamentalismo fideísta. Como bem assinalado na Encíclica *Fides et Ratio*:

A fé, privada da razão, põs em maior evidência o sentimento e a experiência, correndo o risco de deixar de ser uma proposta universal. É ilusório pensar que, tendo pela frente uma razão débil, a fé goze de maior incidência; pelo contrário, cai no grave perigo de ser reduzida a um mito ou superstição. (JOÃO PAULO II, 1998, n. 48).

Do mesmo modo, uma ciência apartada dessa mesma razão filosófica incide no risco de perda de referência ética, deixando de manter, como centro de seu interesse, a pessoa humana e a sua integralidade (corpo, psiquismo e espírito). Mais ainda, movidos pelo intenso progresso tecnocientífico, os seres humanos parecem ceder “à lógica do mercado e ainda à tentação dum poder demiúrgico sobre a natureza e o próprio homem.” (JOÃO PAULO II, 1998, n. 46). O risco é de um cientificismo voltado para a lógica instrumental e estratégica do prazer ou do poder.

7. Proposta escolástica: nem tradicionalismo, nem racionalismo

No ápice de uma notável elaboração intelectual-espiritual, o Papa João Paulo II colocou a escolástica medieval, que teria realizado a integração perfeita da fé e da razão, inaugurada pelos Padres da Igreja. A elaboração escolástica dessa integração é iniciada por Santo Anselmo e levada a cabo por São Tomás de Aquino. No entanto, a partir da própria medievalidade, anota a Encíclica *Fides et Ratio*, “essa distinção legítima entre os dois conhecimentos transformou-se progressivamente em nefasta separação.” (JOÃO PAULO II, 1998, n. 45).

O Pontífice exaltou o exemplo tomasiano, ao frisar que a sua filosofia está comprometida, de maneira muito profunda, com a realidade do ser. O ponto central da Encíclica é a afirmação da "metafísica do ser", que integra e supera o conhecimento reducionista dos fenômenos. Essa metafísica não se constitui apenas a grande aliada da fé. Ela é também a necessária à própria fé, operando com ela a harmonia de uma mútua ajuda intelectual.

A sabedoria está em seguir o pensamento patrístico e escolástico, notadamente, o de São Tomás de Aquino, para bem discernir e assimilar o que há de válido no pensamento moderno, embora parcialmente. Esse conteúdo da Encíclica vai além de apenas subsidiar a formação clerical, porque tem a intenção de apontar caminhos para a humanidade. O seu projeto dá lugar a um feixe imenso de interrogações significativas para o mundo contemporâneo: a abertura à realidade, a recusa do “ceticismo”, do "relativismo" e do "niilismo". Para tanto, é preciso esforço de recuperação da “filosofia do ser”. Há certa ênfase na palavra "recuperação”, como um ideal a se realizar, o que até poderia sugerir uma simples volta ao passado, apenas por um tradicional apego a ele. Mas, não se trata simplesmente disso. Acontece que alguns questionamentos são inevitáveis. Esse retorno é inconcebível para os tempos atuais? Mais ainda: a separação da fé e da razão, discutida na Encíclica, deve ser imputada somente ao pensamento moderno? Nesse desencontro, não seria o caso de se responsabilizar um tipo de

ensino eclesiástico que se apegou, durante séculos, a uma escolástica superada e colocou no índice dos textos proibidos os grandes filósofos do Ocidente?

Tal como as demais Encíclicas de João Paulo II, a *Fides et Ratio* não deixa de se alinhar ao legado do Concílio Vaticano II, mas mostrando uma dupla orientação. A primeira busca manter certa tradição doutrinal, identificada com as posições polêmicas de Vaticano I e do Magistério eclesiástico dos dois últimos séculos, tratando com ênfase especial as intervenções da Congregação para a Doutrina da Fé. A segunda diz respeito ao cuidado para se avançar, sem precipitações arriscadas, nas trilhas da renovação indicada pelo Papa João XXIII.

Parece não haver dúvidas de que as prioridades da Encíclica acenam para o Concílio Vaticano I. Ela revisita sim a tradição, à luz desse encontro eclesiástico, o qual acentuou o aspecto conciliador de São Tomás de Aquino, diante dos extremos do tradicionalismo e do racionalismo. Todavia, mais do que as precedentes, a Encíclica é marcada pela serenidade, apontando para valores metafísicos, éticos e antropológicos, sem se esquecer da abertura ao diálogo com outras correntes de pensamento, o que revela maior segurança na unidade interna da Igreja Católica e sua relação com o mundo. Se um duplo paradigma teológico parece perdurar nas posições do magistério eclesiástico, um de feitio mais tradicional e outro mais inovador; João Paulo II, no avançar de seu pontificado, sem relegar o primeiro, mostra discreta inclinação para o segundo. Um ponto emblemático de sua mensagem sobre o diálogo entre fé e razão resplandece nesta sentença lapidar: "Ao desassombro da fé deve corresponder a audácia da razão." (JOÃO PAULO II, 1998, n. 48). Ela merece cuidadosa atenção.

Sabe-se que nas vicissitudes do mundo cultural cristão, do século XIII até os dias atuais, a presença de Tomás de Aquino, ainda que desenhada sob diferentes perfis, foi sempre uma presença maior. A situação histórica e a situação teórica de Tomás de Aquino conjugaram-se para tornar possível uma obra, sob certos aspectos, única na história do pensamento cristão. A presença de Tomás de Aquino na cultura cristã dos últimos tempos medievais e dos tempos modernos pode ser visualizada em três seguimentos. O primeiro diz respeito aos próprios caminhos do pensamento tomasiano no mundo da cultura cristã contemporânea.

O segundo se refere à tentativa de reencontro com a reflexão filosófico-teológica e a consciência metafísica na aurora do século XXI. O terceiro está relacionado com um lugar possível para Tomás de Aquino no horizonte filosófico-teológico que se anuncia para os tempos modernos.

Na primeira direção, não se ignora mais a preeminência de Tomás de Aquino na história moderna do pensamento cristão, realçada com a consagração de suas doutrinas teológicas no Concílio de Trento e sua proclamação como Doutor da Igreja por São Pio V em 1567. Assim pode-se dizer que a obra filosófico-teológica de Tomás de Aquino passa a conhecer, ao longo da contemporaneidade, uma forma de presença qualitativamente nova, aquela com a qual se buscou assegurar a sua atualidade no âmbito filosófico-teológico e na cultural geral dos últimos tempos. Esse novo estilo de presença surge no seio de uma conjuntura singular na vida da Igreja na segunda metade do século XIX. Depois do árduo confronto com a cultura moderna, que se travou no pontificado de Pio IX e é reclamado pelas correntes teológicas dominantes do Concílio Vaticano I, o pontificado de Leão XIII foi marcado, desde o início, por uma sensível mudança, em que à condenação inapelável sucedem ensaios de diálogo e, sobretudo, a proposição de modelos alternativos nas esferas intelectual, social e política, fundadas na tradição cristã, e que se apresentavam como aptas a acolher e retificar as legítimas conquistas da modernidade. É nessa nova conjuntura que o pensamento filosófico-teológico, e até mesmo social e político, de Tomás de Aquino ganha a feição característica com que se apresentará na cultura contemporânea. Foi obedecendo às diretrizes da Encíclica *Aeterni Patris* (1879) e ao seu intento programático que se formou e se robusteceu na Igreja o movimento de ideias e de ensinamento conhecido como neoescolástica. Ao contrário da escola tomista clássica, no medievo tardio ou na segunda escolástica do século XVI, o tomismo do século XX viu-se confrontado com um pensamento filosófico já madurecido no clima intelectual da modernidade, repleto de múltiplas correntes, fundado sobre pressupostos metodológicos, gnosiológicos e metafísicos estabelecidos fora do espaço conceitual no qual se edificaram a filosofia antiga e seus prolongamentos cristãos. Na história do tomismo neoescolástico tornaram-se visíveis três tendências para Tomás de Aquino no espaço intelectual da

contemporaneidade. A primeira parte da convicção de que o predicado da verdade inerente ao pensamento tomasiano, restituído ao seu teor original e organizado de acordo com a ordem sistemática postulada pela razão moderna, assegura-lhe a única forma de presença compatível com sua dignidade filosófica: a presença trans-histórica de uma verdade elevada acima das vicissitudes do tempo. Ele é uma espécie de mestre de cujo ensinamento procedem verdades normativas em última instância para o exercício da reflexão filosófica e teológica em clima cristão. A segunda caracteriza-se por um senso mais agudo da história e pela consciência de que a verdade do ensinamento tomasiano deve comprovar os seus títulos de validade no confronto vivo com as ideias filosóficas modernas. De acordo com essa tendência, Tomás de Aquino aparece como uma figura rediviva na lição filosófica dos tempos hodiernos e, como tal, participante da vida intelectual e das discussões dos problemas filosóficos mais atuais, em duas linhas básicas: a teórica, em que se acentua a importância do desenvolvimento do pensamento de Tomás de Aquino; e, a histórica, marcada pela retomada e reconstituição rigorosa do seu pensamento original. A terceira traduz-se no intento de mostrar, nas grandes opções tomasianas no campo da filosofia, indicações ou acontecimentos no sentido de solução de problemas levantados a partir da instauração cartesiana de um novo ciclo histórico do filosofar. Essa é a tendência mais audaz, devendo fazer face ao grande desafio teórico de repensar doutrinas e conceitos pensados e formulados num mundo cultural já pertencente ao passado, cujos pressupostos se encontram frequentemente em confronto com os novos movimentos filosóficos dos tempos modernos.

Tal o Tomás de Aquino em suas múltiplas faces que o século XX conheceu. A questão é como se prolonga sua presença no século XXI. Para essa interrogação, é preciso seguir para a próxima direção.

Na segunda direção, emerge a tentativa de reencontro com a reflexão filosófico-teológica e a consciência metafísica na aurora do século XXI. Dois aspectos são visualizados: o primeiro é o da rememoração histórica, diante do atual crescimento da pesquisa científica quantitativa e qualitativa, bem como os múltiplos paradigmas que são propostos para uma renovada hermenêutica dos grandes pensadores e das grandes épocas da história na prática da reflexão filosófico-

teológica; o segundo é o da reintrodução no solo da consciência da questão eminente da metafísica sobre o próprio sentido da vida, sobre as razões de viver, especialmente, numa época em que o espaço vital está invadido e circuncidado pelo fluxo incessante de novos objetos produzidos pela tecnociência. Tanto a prática da reflexão filosófico-teológica, quanto a consciência metafísica podem ajudar no trato moderador com as estratégias ideológicas que procuram dominar, com apoio exclusivo do conhecimento técnico-científico, os campos da ética, da política, do direito, da cultura e até da economia na sociedade contemporânea.

Na terceira direção, fala-se de um lugar possível para Tomás de Aquino no horizonte filosófico-teológico que se anuncia para os tempos modernos. Quando se representa Tomás de Aquino como um praticante de um modo de filosofar organicamente articulado à reflexão teológica, será possível justificar sua presença intelectual num século que se anuncia como cenário das mais arrojadas transformações nas ideias e na vida dos homens, e que assistirá à provável entrada numa era tecnocientificista ainda mais aprofundada. A presença tomasiana no horizonte do século XXI pode ser visualizada em duas grandes orientações.

A primeira orientação leva a refletir sobre a relação de Tomás de Aquino com a história da filosofia. Não se trata aqui de estabelecer essa relação de um ponto de vista puramente historiográfico, mas propriamente filosófico, pois é a história da filosofia, na sua relação intrínseca com o exercício do modo de pensar filosófico, que se apresenta como uma das linhas fundamentais a compor provavelmente o horizonte filosófico do século XXI. Isso porque ainda é possível lembrar algumas posições doutrinárias que atestam a originalidade criadora do pensamento tomasiano. São rememoradas quatro linhas dessa originalidade: a primeira se refere à síntese ímpar entre o religioso e o racional ou, em categorias cristãs, entre a fé e a razão, problema que remonta às origens gregas da filosofia e que conhece intenso aprofundamento no encontro entre filosofia grega e anúncio cristão, passando a constituir desde então um dos *topoi* clássicos da tradição intelectual da reflexão filosófica no Ocidente; a segunda diz respeito à síntese de decisiva significação na história posterior das ideias, entre a gnosiologia platônica e a aristotélica, estabelecendo a teoria do conhecimento sobre um fundamento metafísico, cujo

alcance e significação têm sido objeto de importantes pesquisas recentes; a terceira está relacionada à concepção da história a partir dos fundamentos metafísicos da existência humana; e a quarta está ligada a uma das referências essenciais do pensamento ético na cultura ocidental, vale dizer, a obra tomasiana de significação para história espiritual do Ocidente, consistente na integração orgânica da ética clássica, de base aristotélica, recebida na tradição da ética cristã.

A segunda orientação está relacionada à busca de inspiração em Tomás de Aquino para pensar a metafísica na aurora do século XXI, investigando onde se encontra a originalidade e a possível fecundidade do pensamento metafísico tomasiano. Há duas teses que operam a unidade estrutural da metafísica de Tomás de Aquino e a eleva como um dos cimos mais altos na cadeia histórica da metafísica ocidental. A primeira tese afirma, com irradiante clareza, a inteligibilidade intrínseca do existir (*esse*) na sua natureza de ato primeiro e constitutivo da realidade em si do ser e como o objeto próprio da metafísica enquanto ciência. Não é por outra razão que se diz:

A afirmação da primazia do existir na ordem da inteligibilidade do ser permite a Tomás de Aquino encontrar o fundamento conceptual, posto já desde o início do seu filosofar no opúsculo programático *De Ente et Essentia*, para as teses que irão constituir como que as colunas mestras de todo o edifício da sua reflexão filosófica: a transcendência absoluta de Deus como Existir subsistente (*Ipsum Esse subsistens*) na perfeita identidade de essência e existência, a relação de criaturalidade como relação real de dependência na ordem da existência e da essência, princípios realmente distintos na constituição ontológica do ser finito e, em consequência, a unidade de ordem no universo. É sobre esse fundamento que Tomás de Aquino assenta a sua concepção da sabedoria, na qual tem lugar a síntese exemplar entre a sabedoria da tradição metafísica e a sabedoria da tradição teológica. (LIMA VAZ, 2002, p. 263).

A segunda tese estabelece-se no campo conhecido como metafísica do conhecimento. Trata-se de determinar, no curso da atividade intelectual, o ato específico pelo qual a inteligência afirma a inteligibilidade intrínseca do existir. Com toda a ênfase, Tomás de Aquino aponta na síntese judicativa e na afirmação do existir (*esse*) no juízo, o lugar inteligível do encontro entre a inteligência e o

ser na sua plenitude existencial, de tal modo que esse encontro venha a operar a identidade, na ordem intencional, entre o sujeito cognoscente e o objeto real conhecido. A afirmação dessa identidade, de fato, constitui um dos assertos fundamentais da metafísica do conhecimento e um marco crucial na história da gnosiologia. Entretanto, a teoria tomasiana do juízo, em seu alcance plenamente metafísico, somente ganha o significado mais completo e profundo quando é interpretada à luz da concepção do conhecimento intelectual que Tomás de Aquino deixou em seus escritos, mas que, assim como a doutrina do *esse*, apenas em tempos mais recentes foi sistematicamente reconstituída e recolocada no centro de uma releitura metafísica tomasiana. Trata-se da teoria do dinamismo intelectual no conhecimento objetivo. Essa teoria oferece a possibilidade de articular intrinsecamente a tese da primazia do existir e suas consequências metafísicas e a própria metafísica do conhecimento. De fato, a afirmação do *esse* no juízo vai além necessariamente, do seu dinamismo intencional, da limitação eidética dos objetos finitos a que se aplica e, em razão da ilimitação tética do próprio ato de afirmação, põe invariavelmente, como horizonte último não contemplado, o Existir subsistente infinito na sua absoluta transcendência, cuja existência será formalmente demonstrada nas provas clássicas da existência de Deus. Nesse sentido, pode-se entender o seguinte: “Primazia do existir na ordem da inteligibilidade metafísica e dinamismo da afirmação judicativa orientada para o Existir absoluto, eis, portanto, as teses fundamentais com que a metafísica tomasiana se apresenta no limiar do novo século.” (LIMA VAZ, 2002, p. 264).

Não é de estranhar que a Encíclica *Fides et Ratio* assinala que Alberto Magno e Tomás de Aquino, embora admitindo um vínculo orgânico entre a filosofia e a teologia, foram os primeiros a reconhecer à filosofia e às ciências a autonomia de que necessitavam para se debruçar eficazmente sobre seus respectivos campos de investigação. Mas, para esses escolásticos, mestre e discípulo, autonomia não implicava separação. A partir da baixa medievalidade, porém, operou-se o início dessa separação e ela se tornou progressiva, estendendo-se até os dias atuais. Não é exagerado dizer que “boa parte do pensamento filosófico moderno se desenvolveu num progressivo afastamento da revelação

cristã até chegar explicitamente à contraposição.” (JOÃO PAULO II, 1998, n. 46). E não é só isso. Na seara da investigação científica, foi-se cristalizando uma mentalidade positivista. Essa visão científicista estrita “não apenas se afastou de toda a referência à visão cristã de mundo, mas, sobretudo deixou cair qualquer alusão à visão metafísica e moral.” (JOÃO PAULO II, 1998, n. 46).

As teses tomasianas, amarradas na metafísica do ato de ser e dos seus transcendentais, vale dizer, unidade, verdade, bondade e beleza, passou para a história do pensamento cristão como pioneiras no novo caminho da cultura universal, na medida em que o “Doutor Angélico”, ao tratar do encontro da razão e da fé, já enxergava a questão fundamental da conciliação entre a secularidade do mundo e a radicalidade do Evangelho. Com efeito, o escolástico pretendia evitar uma tendência antinatural de negação do mundo e de seus valores, bem como já vislumbrava os riscos de deixá-lo carente dos componentes supremos e inabaláveis da transcendência.

8. Conclusão

Neste estudo ressaltou-se, antes de tudo, que na discussão sobre o ser está contida a própria questão da verdade e a Encíclica *Fides et Ratio* demonstra sua preocupação com a fragmentação do saber na sociedade contemporânea, levando-a ao ceticismo, relativismo e niilismo. E quando se fala em ser e verdade, no diálogo razão e fé, a figura de São Tomás de Aquino não deixa de ser sempre lembrada. Isso leva ao período em que ele atuou, mais especificamente, no século XIII, quando, nas universidades recentemente criadas onde atuavam significativamente a ordem franciscana e dominicana, Tomás de Aquino teve o mérito de colocar em primeiro lugar “a harmonia que existe entre a razão e a fé. Para ele, a razão pode servir à fé de três modos: primeiro demonstrando os preâmbulos da fé, por exemplo na afirmação da existência de Deus; segundo, para aclarar as verdades da fé mediante comparações; e terceiro, porque essa mesma razão pode rechaçar as objeções contra a fé, assinalando que são falsas ou, ao menos, que não gozam de força demonstrativa. Para o “Doutor Angélico”, é absolutamente possível e necessário o acordo da verdade da razão com a verdade

da fé. Tomás de Aquino alcançou bem essa demarcação, tanto para mostrar as distinções entre a filosofia e a teologia, quanto para apontar a cooperação possível de uma com a outra. Assim, uma coisa clara e certamente conhecida, “*ipso facto*”, deixa de pertencer ao domínio da fé. Por outro lado, a razão, iluminada pela fé, fica liberta das fraquezas e limitações causadas pela desobediência do pecado, e recebe a força necessária para elevar-se até o conhecimento do mistério de Deus.

A grande preocupação de S. Tomás foi a procura da verdade. Ele reconheceu a importância de falar de uma verdade universal, objetiva e transcendente ao intelecto humano. Por isso, a filosofia tomasiana é chamada de filosofia do ser, e não do mero aparecer. A filosofia do ser tomasiana, sua metafísica, traz alguns pontos fundamentais para sustentação dessa verdade. O primeiro é que a perfeição máxima pertence ao ser; o segundo é que os seres se originam do ser por criação; o terceiro é que a criação é uma participação da perfeição do ser aos seres; a quarta é que a limitação da perfeição do ser nos seres é devida a potência que nestes se encontra; o quinto é que há distinção real entre os seres e entre os seres e o ser existe analogia. Mas, a partir da chamada baixa medievalidade, teve início um afastamento dessa filosofia do ser, um processo de desconstrução. E a fé, privada da razão, pôs em maior evidência o sentimento e a experiência, correndo o risco de deixar de ser uma proposta universal.

A presença de Tomás de Aquino na cultura cristã dos tempos modernos pode ser visualizada em três seguimentos: o primeiro diz respeito aos próprios caminhos do pensamento tomasiano no mundo da cultura cristã contemporânea; o segundo se refere à tentativa de reencontro com a reflexão filosófico-teológica e a consciência metafísica na aurora do século XXI; o terceiro está relacionado com um lugar possível para Tomás de Aquino no horizonte filosófico-teológico que se anuncia para os tempos modernos.

Na história do tomismo neoescolástico tornaram-se visíveis três tendências para acentuar o aspecto conciliador de São Tomás de Aquino, diante dos extremos do tradicionalismo e do racionalismo. A primeira parte da convicção de que o predicado da verdade inerente ao pensamento tomasiano assegura-lhe a única forma de presença compatível com sua dignidade filosófica: a presença trans-histórica de

uma verdade elevada acima das vicissitudes do tempo. A segunda caracteriza-se por um senso mais agudo da história. A terceira traduz-se no intento de mostrar, nas grandes opções tomasianas no campo da filosofia, indicações ou acontecimentos no sentido de solução de problemas levantados a partir da instauração cartesiana de um novo ciclo histórico do filosofar. Não é de estranhar que a Encíclica *Fides et Ratio* assinala que Alberto Magno e Tomás de Aquino, embora admitindo um vínculo orgânico entre a filosofia e a teologia, foram os primeiros a reconhecer à filosofia e às ciências a autonomia de que necessitavam para se debruçar eficazmente sobre seus respectivos campos de investigação.

A Encíclica *Fides et Ratio* aponta, pois, para a originalidade destes pensadores e para a possibilidade e o valor de uma filosofia e de uma teologia em contínuo diálogo, tendo como base a filosofia do ser.

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. História da Filosofia. Trad. de Armando Silva Carvalho. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1976. v. 4.

AQUINO, Tomás de. Summa contra gentiles. Roma: Leonina, 1934a.

_____. Summa theologiae. Roma: Leonina, 1934b.

_____. De Veritate. Roma: Leonina, 1934c.

BENTO XVI. Audiência Geral. 02 jun. 2010. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2010/documents/hf_ben-xvi_aud_20100602.html>. Acesso em: 2 set. 2018.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Étienne. História da Filosofia Cristã – Desde as Origens até Nicolau de Cusa. Trad. de Raimundo Vier. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHESTERTON, G. K. Santo Tomás de Aquino. Trad. de Antônio Emílio Angueth de Araújo. 3. ed. Campinas: CEDET, 2015.

GILSON, Étienne. O espírito da filosofia medieval. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. A filosofia na Idade Média. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JOÃO PAULO II. Carta Encíclica Fides et Ratio. 14 set. 1998. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_15101998_fides-et-ratio_po.html>. Acesso em: 02 set. 2018.

JOSAPHAT, Carlos. Paradigma Teológico de Tomás de Aquino: sabedoria e arte de questionar, verificar, debater e dialogar: chaves de leitura da Suma de Teologia. São Paulo: Paulus, 2012.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. Escritos de filosofia VII – Raízes da modernidade. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. Metafísica e Fé Cristã: uma leitura da Fides et Ratio. Síntese, Belo Horizonte, v. 26, n. 86, 1999, p. 295-296, 1999.

_____. Fides et Ratio. Estado de Minas, Belo Horizonte, 21 nov. 1998. p. 10-11.

MONDIN, Battista. Curso de Filosofia – Os Filósofos do Ocidente. Trad. de Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 1982. v. 1.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia – Antiguidade e Idade Média. 6. ed. São Paulo: Paulus, 1990.

TORREL, Jean-Pierre. Introdução a Santo Tomás de Aquino – Sua pessoa e sua obra Trad. de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999.

Recebido em: 25/09/2018

Aprovado em: 10/11/2018